

O Direito é instrumento para a realização da justiça, a sua finalidade é esta; os formalismos exagerados devem ser rechaçados em prol do fim precípua da ciência do direito,⁶⁴ sendo uma incoerência admitirmos que o devedor sofra prejuízos em virtude de execuções originariamente suas.

PARTE DE OUTRO ARTIGO

A FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS E A DIGNIDADE DO TRABALHADOR

Wladimir Alcibiádes Marinho Falcão Cunha (*)

I – INTRODUÇÃO

Nenhum fenômeno social pode ser objeto de análise se não inquiridas suas raízes históricas.

As manifestações do homem e do homem em sociedade não nascem de forma independente. Ao revés, mostram-se como produto do confronto e entrelaçamento de diversos fatos sociais, que, pouco a pouco, vão promovendo o acabamento e moldura do fenômeno, tal qual é, em determinado espaço e tempo, conhecido.

Esta assertiva é ainda tão mais verdadeira em se tratando do tema presente. Com efeito, este fenômeno, denominado pelos teóricos de Flexibilização dos Direitos Trabalhistas, tem seus caracteres remontando ao início do Capitalismo, logo após a invenção das máquinas que possibilitaram a Revolução Industrial e o surgimento do Estado Burguês Liberal, e antes mesmo da sistematização e consciência da necessidade de proteção ao trabalhador, consubstanciada pelo Direito do Trabalho.

⁶⁴ ANTUNES, Osvaldo Moreira: “Da exceção de pré-executividade”. Artigo publicado na Jurid Publicações Eletrônicas, 2000.

Permite esta perfunctória descrição do tema em destaque antever os efeitos nefastos que a flexibilização dos direitos trabalhistas causa aos trabalhadores, posto que, trasladando o núcleo de proteção e tutela destes para a empresa, seus ideólogos almejam retornar à fase pré-jurídica, ou melhor, à etapa das relações trabalhistas em que estas eram efetuadas autonomamente, sem a intervenção protetora do Direito do Trabalho.

Em verdade, a flexibilização dos direitos trabalhistas insere-se em perspectiva bem mais ampla, qual seja a nova ordem econômica e social atravessada pelo mundo, em que se observam, como fenômenos correlatos, a ruptura das barreiras nacionais, pela diminuição do poderio estatal, no que se convencionou chamar de Globalização, tendo como ideologia dominante o neoliberalismo, e de outro a elevação do desemprego, do subemprego, da precarização do emprego, em face da revolução tecnológica e da busca incessante de produtividade.

(*) Wladimir Alcibíades Marinho Falcão Cunha é Bacharelado em Direito da UFPb – 5º Ano

Todo este bojo de fenômenos intimamente associados constitui-se o objeto da presente pesquisa. Igualmente tentar-se-á comentar possíveis soluções para o fenômeno jurídico que ora assola as relações trabalhistas no Brasil.

Obviamente, as luzes aqui lançadas não são definitivas, até porque a matéria é pautada por nuances modificadas dia a dia, mas principalmente por serem produto de simples, porém honesto labor de um estudante apaixonado por Direito do Trabalho

II – CONOTAÇÃO HISTÓRICA DO FENÔMENO

A) O CAPITALISMO LIBERAL E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

A última quadra do século XVIII e todo o século XIX foi palco do lançamento das bases sob as quais se assenta o mundo moderno.

O advento das Revoluções Norte-Americana (1776) e Francesa (1791) promoveram a derrocada do Estado Absolutista, para dar surgimento ao Estado Liberal, época em que, simultaneamente, a Revolução Industrial, tendo como idéia-síntese o surgimento da máquina a vapor, permitiu à classe burguesa acumulação de capitais de modo como até então não fora possível.

As Declarações de Direito respectivas permitiram inferir, como pedra fundamental do Estado Liberal, a liberdade e igualdade formal dos cidadãos, tanto no tocante às relações entre governantes e governados, quanto em respeito a seus próprios pares.

Neste norte, servindo como ideário dominante à classe burguesa, o liberalismo, projeção no campo econômico das idéias iluministas e racionalistas, erigiu à

condição inexorável e absoluta o dogma da autonomia da vontade, da livre contratação, do *pacta sunt servanda*.

E mais, institucionalizando a livre iniciativa e a força reguladora da economia de mercado, buscou proceder à abstenção do Estado das relações jurídicas privadas.

Pois bem, com a expansão do mercado e da industrialização, responsáveis pela produção em larga escala, deixou de existir espaço para as oficinas corporativas, artesanais, características até então, gerando desemprego e a concentração da população em torno das fábricas, o que permitiu intensa exploração da nascente classe operária.

Há de se notar, portanto, que, com a derrocada do Estado Absolutista e conseqüente surgimento do Estado Liberal, houve apenas mera mutação no pólo ativo da espoliação.

Com efeito, se antes era o monarca absolutista quem exercia a função de opressor de seus súditos, após, com a despersonalização do poder, esta atribuição diversificou-se, cabendo-lhe a quem detivesse os meios econômicos de produção e comercialização.

Isto porque o ideário liberal pregava tão somente a liberdade formal nas contratações privadas, não considerando, ou não querendo considerar, as disparidades econômicas existentes entre os burgueses e os trabalhadores.

Assim é que as relações de trabalho, no século passado, tinham nítido assento civil, que as contemplavam sob a forma de prestação de serviços, tendo como premissa maior à liberdade de contratar, posto que haveriam as partes de possuir condições semelhantes para fazê-lo.

Esta constatação inverídica deu sorte às mais desumanas formas de exploração da classe operária pelos empresários, consubstanciadas em instalações desumanas, insalubres de trabalho, em jornadas extenuantes, superiores a 16 horas diárias, salários miseráveis, indignos, exploração do trabalho de mulheres e crianças etc.

O modo com que se processavam as relações entre estas classes refletiam, na realidade, a lógica capitalista, assim visualizada por KARL MARX: propriedade estritamente privada, com acumulação de capitais, pela *mais-valia*, isto é, pelo lucro surgido a partir da diferença entre o que se pagava pela força de trabalho e o que esta efetivamente produzia.

Os trabalhadores, portanto, inseriam-se como mercadorias à disposição dos empresários, de vez que as condições de trabalho, na forma como eram contratadas, lhes retiravam quaisquer traços de dignidade.

B) OS MOVIMENTOS SINDICAIS E O SURGIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO

O homem, em suas entranhas, entretanto, não se pode compadecer por longo tempo com situações de humilhação e miséria. Tanto que a humanidade é pautada pela

luta entre poderosos e oprimidos, com variações cíclicas, ao longo dos tempos, de opressão mais ou menos intensa.

Não foi diverso o século passado. Após fase inicial de intensa exploração, observou-se, paulatinamente, a união da classe operária, em embrionárias associações sindicais, primeiramente no interior das fábricas, para depois expandir-se para além de suas fronteiras, primeiramente de forma clandestina, para depois irromper a quem pudesse e quisesse ouvir.

As lutas incessantes, as greves e até mesmo os enfrentamentos diretos com os empregadores, enfim as reivindicações cada vez mais articuladas, engendradas por organizações de trabalhadores cada vez mais poderosas e representativas, propiciaram, também paulatinamente, melhorias visíveis nas condições de trabalho e obrigaram os empregadores a fazerem graduais concessões.

Restou constatado, pois, ante a revolta dos trabalhadores, ante a incessante disputa de classes, que a liberdade e igualdade dos atores das relações de trabalho não passava de uma farsa ardilosamente forjada pelos teóricos do liberalismo.

Foi, pois, do descortinamento desta verdade que surgiu a necessidade premente de o Estado intervir nas relações trabalhistas, não deixando ao alvedrio dos empregadores a função de fixar as condições em que se ia exercer o trabalho.

A gênese do Direito do Trabalho, portanto, está determinada por este entrelaçamento de fatores sociais e econômicos, cujo norte retor foi a necessidade de fixação de um rol mínimo de direitos trabalhistas, ante a constatação de que a economia de mercado e a livre negociação não eram suficientes para regular, de forma justa e humana, as relações de trabalho.

A gênese do Direito do Trabalho, portanto, reside em proteger o trabalhador, e nada mais, seja por meio de leis garantidoras de direitos individuais, seja por meio de leis garantidoras de direitos coletivos, entre as quais medidas tendentes a elevar a força do movimento sindical.

C) O ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL

A inserção de conquistas trabalhistas várias nas Cartas Constitucionais, a partir do começo do século, v.g., a equidade na relação trabalho/salário digno, a limitação da jornada diária de trabalho, o pagamento de horas suplementares, o repouso semanal remunerado, as férias, as verbas indenizatórias, bem como a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, nascida do Tratado de Paz de Versalhes, com suas posteriores e belíssimas convenções e recomendações, tiveram papel de destaque neste novo paradigma de atuação estatal.

Foi, entretanto, o colapso da economia mundial, ocorrida pela Grande Depressão de 1929, que determinou preponderantemente o redimensionamento de todo o conceito relativo à atuação estatal nas relações privadas, dentre as quais as relações trabalhistas.

Com efeito, a política do *New Deal*, idealizada pelo economista *John Maynard Keynes* e executada pelo presidente norte-americano *Franklin D. Roosevelt*, tinha como premissa maior o avultamento, o enlarguecimento do Estado, com intervenção em diversos setores econômicos e sociais, de modo que, através da mão condutora estatal, fosse possível sair mais rapidamente da situação de colapso.

Posteriormente, a reconstrução dos países envolvidos na Segunda Grande Guerra, através do *Plano Marshall*, possibilitou igualmente níveis excepcionais de emprego e rápida recuperação econômica, chegando mesmo esta época a ser apelidada de “fase dourada do capitalismo” ou de “os trinta gloriosos” (1945-1975).

Esta nova maneira de o Estado se portar perante a sociedade e as relações privadas passou à história sob a denominação de Estado do Bem-Estar Social ou *Welfare State*.

Entre seus principais caracteres, foi possível vislumbrar investimento maciço do Estado em infra-estrutura e serviços públicos, política voltada para o pleno emprego, e seguridade e assistência social.

Fundamentalmente, significou, portanto, toda esta rede de proteção estatal, tendente a assegurar efetivamente as diversas conquistas trabalhistas, tais como a equidade na relação trabalho/salário digno, a limitação da jornada diária de trabalho, o pagamento de horas suplementares, o repouso semanal remunerado, as férias, as verbas indenizatórias, entre outras, bem como também assegurar os benefícios da seguridade social.

Note-se bem, pois, que o *Welfare State*, que, em suas hostes, abarcava não somente os trabalhadores, mas também os temporariamente excluídos, significou, portanto, o mais perfeito contraponto ao Estado Liberal clássico, plenamente visível a partir de binômios antagônicos como: Estado mínimo X Intervenção Estatal, Livre contratação do trabalho X Normas garantidoras dos trabalhadores.

No Brasil, vale dizer, todo este processo teve como ponto culminante a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, a reunir as leis de cunho trabalhista até ali esparsas, erigindo-se à condição de verdadeira Carta de Direitos e Garantias Trabalhistas.

D) A CRISE DO WELFARE STATE E AS MUDANÇAS OPERADAS: REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E NOVAS FORMAS DE PRODUZIR E TRABALHAR

Entretanto, o que se verificou após certo tempo, entre outros fatores, foi que o crescente investimento estatal na economia provocou déficits públicos incalculáveis nos orçamentos nacionais.

Por outro lado, a produção, em meio à pujança econômica, não se fez acompanhar por demanda e consumo compatíveis.

Para agravamento destas situações, que, por si só, geravam graves distorções, os países produtores de petróleo fundaram a OPEP, o que resultou, com a cartelização desta fonte de energia intimamente ligada ao próprio século XX, na chamada Crise do Petróleo de 1973.

Ora, o mundo capitalista ocidental, a partir de então, mergulhava em eclipse, marcado por incertezas, o que lhe fez, em reação, buscar novas alternativas de acumulação de capitais, seu móvel fundamental.

Nesta perspectiva, há de se destacar, de início, que as tecnologias de ponta passaram a ser aplicadas comercialmente em medida até então nunca vista, em verdadeira revolução tecnológica, perpassada notadamente nas áreas de informática, cibernética, telecomunicações, transportes, biotecnologia etc.

Por conseguinte, as linhas de produção foram sendo automatizadas, robotizadas, cada vez mais, fato este que requisitou o surgimento de novas sistemáticas de produção que viessem a substituir o modelo *fordista* do princípio do século, cujas premissas maiores estavam na verticalidade de sua hierarquia, com a existência de chefes e subordinados, na separação entre concepção e execução dos produtos, com rígida correlação entre determinado trabalhador e a função desempenhada, e ainda na concentração operária na base de produção.

Assim é que se passou a exigir maior participação, mobilidade e interação do empregado nos rumos da empresa, agora pautada pela horizontalidade da hierarquia, pela concepção integrada da produção e pela fragmentação da base de produção, modelo este denominado *neofordista* ou *toyotista*.

Correlatamente, as atividades desenvolvidas pelas empresas passaram a se desenvolver em plano mais especializado, no sentido de que se lhe aproveitassem tão somente as atividades afins ao seu ramo principal, delegando todas as demais a empresas terceirizadas, cooperadas, subcontratadas, subempreitadas etc.

Toda estas modificações, é bom que se diga, trazendo ínsita a idéia de corte de custos e aumento da produtividade, e até mesmo porque o neofordismo importa não só em gestão de produção, mas também de recursos humanos, trouxeram desemprego e aflição aos trabalhadores, como se desenvolverá melhor mais adiante.

E) RESSURGIMENTO DO ESTADO LIBERAL, NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO: MODIFICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Um pouco mais adiante, a derrocada do socialismo, com a queda do Muro de Berlim e a dissolução da URSS, de certa forma antevista pela abertura política, *Glasnot*, e econômica, *Perestroika*, promovidas por *MiKhail Gorbachev*, e o advento dos governos conservadores de *Margaret Thatcher* e *Ronald Reagan*, fecharam o ciclo de acontecimentos sócio-político-econômicos que determinaram o ressurgimento, com força, do Estado Liberal, em contraposição ao Estado do Bem-Estar Social.

Há de se dizer que este ressurgimento do liberalismo, agora sob a roupagem da doutrina política neoliberal, teve como principal consectário o mais importante fenômeno social, econômico, político e cultural desta última quadra de século, qual seja a globalização.

Em suas hostes, reside, dentre outros traços apriorísticos, a idéia de Estado mínimo, com o seu afastamento de todas as atividades consideradas lucrativas pelo capital privado, a ruptura das barreiras nacionais, com a formação de imensos blocos econômicos supranacionais e a existência de megaempresas, além do desenvolvimento exacerbado do capital financeiro, consubstanciado na livre circulação de papéis e ativos econômicos, facilmente transferíveis de um país para outro, ao menor sinal de risco ao capital investido, por simples comando de computadores.

Significando ainda a padronização da cultura dos países, não se pode negar igualmente que o fenômeno da Globalização, pregando a livre circulação de bens e capitais, e até mesmo de trabalhadores, implica mais uma vez em forma de dominação e usurpação dos países periféricos pelos países desenvolvidos.

Ora, por envolverem conceitos como redução dos custos e maximização dos lucros da empresa, aumento da produtividade e competitividade global, reengenharia das empresas – locução esta que, semanticamente, nada quer significar! -, e também por ser o custo do trabalho um importante componente no custo final do produto, todas estas transformações, perpassadas notadamente a partir da década de 70, como não poderia deixar de ser, importaram também em profundas modificações nas relações de trabalho.

Isto porque as transformações esquematizadas implicaram e implicam em aumento paulatino dos níveis de desemprego, dos níveis de subemprego, dos níveis de precarização do emprego, entendidas todas estas como formas de emprego atípicas, isto é, distantes do modelo clássico de contratação do trabalho, pautado na longevidade por tempo indeterminado e na relativa estabilidade dos trabalhadores, ante as sanções onerosas que acompanham a dispensa desmotivada.

Outrossim, na lógica neoliberal, é ainda consenso afirmar que o desemprego atual se faz acompanhar pela extinção definitiva de postos de trabalho, ocasionada pela utilização em escala cada vez maior de máquinas e operações digitais, fenômeno este conhecido por desemprego estrutural. Em outras palavras, significa afirmar que os alarmantes níveis de desemprego, em especial desta década, não tem como causa imediata uma crise econômica pontual, qualquer, mas sim a verdadeira revolução tecnológica, isto é, as novas tecnologias de ponta e sua conseqüente aplicação comercial.

Mas, na realidade, deve-se ter em mente que é justamente este o objetivo da doutrina neoliberal, nesta nova fase capitalista, no que respeita às relações trabalhistas: a adoção cada vez maior de formas atípicas de emprego e trabalho, formas estas, se possível, sem qualquer regulamentação estatal, ou, se regulamentadas, no sentido de amenizar ou mesmo suprimir os direitos trabalhistas então existentes, enfim no sentido de flexibilizar os direitos trabalhistas.

III – FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS **CONCEITO E CARACTERES**

A Flexibilização dos Direitos Trabalhistas consiste em toda e qualquer forma de modificação das relações trabalhistas típicas, o que, inexoravelmente, significa abrandamento ou mesmo supressão de direitos trabalhistas arduamente conquistados, posto que engendrado pelos detentores do capital e dos meios de produção e comercialização de riquezas, insere sob a ótica imediata de corte de custos e aumento da produtividade, insculpido sob a ótica mediata de globalização e neoliberalismo.

Em outras palavras, com a flexibilização dos direitos trabalhistas, tem-se o propósito de revisar o modelo típico de contrato de trabalho, em que prepondera caracteres como a contratação por tempo indeterminado, a jornada de tempo completo, o vínculo a um único empregador e a proteção contra a dispensa desmotivada.

Para tanto, almejam seus defensores a mitigação da intervenção normativa do Estado nas relações de trabalho.

Neste sentido, pretende-se até mesmo a desregulamentação absoluta das normas trabalhistas, hipótese mais perigosa do fenômeno da flexibilização, em que não há qualquer interferência do Estado no que respeita a assegurar uma malha mínima de direitos trabalhistas inderrogáveis.

Esta pretensão, aliás, não é escancaradamente trazida à tona pelos ideólogos do movimento, eis que o que se dá, em última análise, é o retorno às fases iniciais de contratação do trabalho, em bases civis, com igualdade apenas formal entre as partes. Pelo menos por enquanto.

A hipótese mais comum, porém, é aquela em que empresários capitalistas pregam a mitigação das normas trabalhistas, no sentido de deixar alguns pontos do contrato de trabalho à disposição das partes, que poderiam então transigir, barganhar e até mesmo deles renunciar, o que, francamente, ante a situação de crise vivenciada atualmente, constituem-se em opções legadas apenas aos trabalhadores.

Neste sentido, o Estado passa a assegurar tão somente alguns direitos trabalhistas básicos, mínimos, deixando enorme faixa dentro da qual a autonomia privada coletiva das partes envolvidas é possível interagir.

A regulação, destarte, faz-se através da negociação coletiva entre sindicatos e empresas, seja por acordo coletivo, convenção coletiva ou ainda contrato coletivo de trabalho, admitindo-se, em tais casos, a ambivalência da negociação coletiva para trazer inovações aos trabalhadores tanto *in melius*, como seria de se esperar, quanto *in pejus*.

Há de se reconhecer, entretanto, que é absolutamente vasta a faixa em que, às partes envolvidas, é permitido transigir, posto que a flexibilização, chegando mesmo à Constituição Federal de 1988, tocou em temas de importância crucial, preponderantes aos interesses dos trabalhadores, dentre os quais o salário pago, a jornada de trabalho, a estabilidade no emprego. É isto o que nos passa a análise acurada do insigne Juiz do Trabalho do TRT da 21ª Região ZÉU PALMEIRA SOBRINHO: “Em algumas

hipóteses, a flexibilidade chega a ter importância a ponto de ser fincada na legislação fundamental, como por exemplo: a) o fim da estabilidade no emprego (art. 7º, II); b) a possibilidade de redução do salário, mediante acordo ou convenção coletiva (art. 7º, VI); c) a possibilidade de compensação de horários (art. 7º, XIII)” (1998:13).

A cerca destas, aliás, salienta o professor OCTÁVIO BUENO MAGANO, com maestria: “Em todas as hipóteses figuradas, admitiu o constituinte brasileiro que a convenção e o acordo coletivo passassem a ter função ambivalente. Além do papel que tradicionalmente se lhes atribui de engendrar alterações in melius de condições, abriu-se, agora, espaço para que as modifique igualmente in pejus” (1999:6).

Há de se dizer, desta forma, que a flexibilização dos direitos trabalhistas, à vista de sua colocação na Carta Política, já é fenômeno com bases sólidas no Brasil, pelos motivos já apresentados (revolução tecnológica, desemprego estrutural, novas formas de produzir e amealhar o capital), mas também porque este país é pródigo em absorver a realidade de outros países, cujo nível de desenvolvimento econômico e social é inimaginavelmente superior ao nosso.

REVISÃO DO PRINCÍPIO PROTETOR DO DIREITO DO TRABALHO

De uma forma ou de outra, a flexibilização dos direitos trabalhistas ocasiona profundas modificações nas hostes do Direito do Trabalho, eis que interfere em sua mais cara construção dogmática, desnaturando mesmo os seus princípios norteadores, dentro os quais o princípio protetor.

A respeito, AMÉRICO PLÁ RODRIGUEZ, grande juslaboralista uruguaio e um dos principais sistematizadores dos princípios do direito do trabalho, assegura que o princípio protetor “deriva da própria natureza do Direito do Trabalho, que se mantém idêntica através do tempo e do espaço” (VITELLI, 1998: 1352).

O princípio protetor, para o venerado doutrinador, é subdividido em três outros princípios, o *in dubio pro operario* (princípio de interpretação voltado ao trabalhador), a prevalência da norma mais favorável ao trabalhador (princípio de hierarquia das leis trabalhistas) e a preservação da condição mais benéfica (princípio de resguardo das vantagens do trabalhador). Note-se, pois, que o princípio em questão tem amplíssimo espectro, com grande carga de atuação dentro do Direito do Trabalho.

Pois bem, estas considerações se fizeram para afirmar que, ante a supressão de conquistas trabalhistas arduamente conseguidas, agora se pretende deslocar o alvo do princípio protetor dos trabalhadores para a empresa. Protege-se agora não mais o trabalhador, mas sim a empresa, sob a neoliberal justificativa de que, protegendo esta, estar-se-á protegendo aquele.

Esta premissa é, entretanto, absolutamente falsa, de vez que a história é marcada por diversas ocasiões em que a elite dominante serviu-se da classe operária, em um primeiro momento, visando à consecução de seus objetivos, para depois abandoná-la à própria sorte, e, o que é pior, em seguida, explorá-la.

Assim ocorreu com a Revolução Francesa, em que a burguesia francesa utilizou-se da classe pobre visando à derrubada do monarca Luís XVI, para logo, depois, operar umas das maiores explorações do homem pelo homem já vista.

É neste mesmo sentido, pois, que se deve entender a assertiva acima referida: colocar a empresa em privilégio protetivo, afirmando-se que, desta forma, estar-se-á também protegendo os trabalhadores, constitui, na realidade, a mais pura e verdadeira hipocrisia capitalista.

Feitas estas considerações no que respeita aos princípios do direito do trabalho, em síntese, é possível afirmar que a flexibilização dos direitos trabalhistas possui entre seus caracteres fundamentais: (a) o abrandamento ou mesmo supressão de diversas conquistas trabalhistas, por intermédio da (b) desregulamentação ou mitigação do intervencionismo estatal nas relações de trabalho, caso em que se pretende (c) a sua regulação por mecanismos autônomos ou privados de negociação coletiva, o que permite (d) a renúncia pelos trabalhadores de direitos até então indisponíveis e inderrogáveis, e ocasiona (e) a transmutação dos próprios princípios do Direito do Trabalho, notadamente o Princípio Protetor, tudo isto em meio à sanha capitalista de (f) corte de custos e aumento da produtividade, para acumulação cada vez maior de capitais.

PRINCIPAIS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO

Neste tópico, as luzes aqui lançadas têm mero propósito ilustrativo, no sentido de demonstrar, na realidade fática, as manifestações do movimento flexibilizatório dos direitos trabalhistas.

Antes, no entanto, algumas considerações se fazem necessárias. Primeiramente, há de se clarear que a flexibilização não prescinde necessariamente de uma previsão legal, que venha a desregulamentar, mitigar ou mesmo extinguir determinado instituto trabalhista. Esta é a forma mais comum, é verdade, mas a flexibilização pode se dar ainda informalmente, derivada do uso de figuras ilegais ou do desvirtuamento de institutos previstos legalmente.

Outrossim, vale dizer que a flexibilização dos direitos trabalhistas é movimento que acompanha tanto a crise porque passou o capitalismo quanto seu estágio atual, marcado pela tríade neoliberalismo, globalização e capitalismo financeiro. Neste sentido, as principais formas de manifestação do movimento já se vêm demonstrando há algum tempo.

E por último, anote-se que todas as manifestações ou instrumentos de flexibilização importam, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau de intensidade, a atenuação ou mesmo supressão de direitos trabalhistas vários.

São manifestações flexibilizatórias, no Brasil, dentre outras:

a. A derrocada do modelo de estabilidade conferido aos trabalhadores, existente com exclusividade até a década de 60, e depois paulatinamente substituído pelo sistema do FGTS, até sua extinção total com o advento da CF/88 (art. 7º, II e III). É pacífico afirmar ainda que esta modificação, a refletir-se imensamente no momento da rescisão contratual, em especial na dispensa imotivada, tem sua razão de ser ligada ao aporte no Brasil dos capitais e empresas multinacionais.

b. O trabalho temporário, disciplinado pela lei n.º 6.019/74, tem como escopo atender a necessidades transitórias de substituição da mão-de-obra da empresa cliente, especialmente em momentos de maior demanda de seus produtos ou serviços. O trabalho temporário, no dizer de OCTÁVIO BUENO MAGANO, “implica feixe tripartido de relações: relação de natureza comercial entre a empresa de serviço temporário e a empresa tomadora de serviço; relação empregatícia entre a empresa de serviço temporário e o trabalhador temporário; e relação fática entre estes e a empresa tomadora de serviços” (1999: 5).

c. A terceirização insere-se genericamente como nova forma de produzir, em busca de conceitos como corte de custos, produtividade e competitividade, consistente no expurgo do interior das fábricas das atividades periféricas à produção principal. A terceirização acentua o caráter civil das relações de trabalho, tal como pretendido pelos ideólogos neoliberais, posto que permite a inserção da figura de um atravessador.

A terceirização acha-se disciplinada pelo Enunciado 331, do TST, que, em princípio, proíbe a contratação do trabalho por empresa interposta, mas, paradoxalmente, oferece as seguintes exceções: trabalho temporário; serviços de vigilância; serviços de conservação e limpeza; e a amplíssima possibilidade de quaisquer serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador.

Note-se, outrossim, que a terceirização é gênero do qual é espécie o trabalho temporário.

d. O contrato por prazo determinado, na rígida disposição do art. 443, § 2º, da CLT, só tem cabimento nas hipóteses de serviço cuja natureza justifique a predeterminação de prazo, de atividades empresariais de caráter transitório e de contrato de experiência. No entanto, com o camuflado propósito de aplacar o desemprego, a lei nº 9.601/98 estendeu a possibilidade de contrato por prazo certo independentemente da natureza do serviço, exigindo, para tanto, a anuência do sindicato em negociação coletiva. Em contrapartida, o empresário escapa de diversos encargos sociais relativos aos empregados assim contratados, bem como estes tem diversos direitos trabalhistas reduzidos.

Por outro lado, esta lei, modificando a redação do art. 59, da CLT, ampliou de uma semana para um ano o período dentro do qual pode haver a compensação das horas trabalhadas a maior ou a menor pelo empregado. Em outras palavras, ficou institucionalizado o chamado banco de horas, o que significa, na prática, a quase extinção do pagamento de horas suplementares.

e. O trabalho a tempo parcial, disciplinado pela MP nº 1.779-11/99, é mais um instrumento de flexibilização dos direitos trabalhistas, em que a jornada de trabalho é intencionalmente contratada de forma reduzida, não excedendo 25 horas semanais, e implicando igualmente na redução do salário, proporcional à jornada, e das demais verbas trabalhistas.

Esta mesma medida provisória instituiu ainda nova modalidade de suspensão do contrato de trabalho, pela qual este poderá ficar, nos momentos de crise econômica e com aquiescência do sindicato por convenção ou acordo coletivo, em estado de dormência por período de dois a cinco meses.

f. A figura do estágio, disciplinado originariamente pela lei nº 6.494/77, teve seus limites recentemente ampliados pela MP nº 1.726/98, permitindo a contratação de alunos do curso de ensino médio ou de escolas de educação especial, o que ratifica ainda mais, agora com apoio legal, o caráter desvirtuado do estágio no Brasil, encarado, na realidade, como fonte de mão-de-obra barata.

g. É igualmente manifestação a supressão do caráter salarial de diversas verbas tradicionalmente assim pagas, e a conseqüente exclusão do cálculo de outras verbas trabalhistas.

h. A utilização de novas formas de trabalho, com destaque para o teletrabalho e o trabalho a domicílio, em que o trabalhador labora em casa, vinculado a um terminal de computador, e, portanto, só aparentemente livre da fiscalização e poder diretivo do empregador.

DO DISCURSO NEOLIBERAL TRIUNFANTE

Em verdade, nenhum fenômeno social vem dissociado de um discurso que o justifica e que tenta o legitimar.

Neste tocante, a flexibilização dos direitos trabalhistas não escapa a esta afirmação, sendo arduamente defendida pelos ideólogos neoliberais, e, é preciso admitir, infelizmente, com maestria e triunfo.

De início, há de se dizer que o termo flexibilização, indubitavelmente, projeta, no âmbito de quem a ouve, noção amplamente positiva, posto que se contrapõe ao que é rígido, ao que é ditatorial.

Mas, seu principal mote, na realidade, reside na associação entre flexibilidade e modernidade, tendo esta caráter exclusivista, a não admitir contestações: ou se flexibiliza as relações de trabalho ou não se moderniza! Ou se flexibiliza as relações trabalhistas ou não se acompanha a competitividade de outras empresas, de outras corporações e de outros países!

De fato, como quer ZÉU PALMEIRA SOBRINHO, “a nova roupagem da ideologia modernista, agora sob a orientação dos preceitos neoliberais, ressuscita uma lógica alternativa, através da qual a nova modernidade globalizante é a única premissa

verdadeira e possível, ficando-se em dualismos apriorísticos sócio-econômicos com questões mais ou menos assim: arcaísmo isolacionista ou modernidade internacionalista? Intervenção ou flexibilização?” (1998: 3).

Este mote possibilita mesmo a formulação e fundamentação de premissas falsas, como, v.g., que a flexibilização significa tentativa de rarear o desemprego, pois, ante a crise atual que se apresenta, os detentores dos meios econômicos não possuem condições financeiras de pagar todas as verbas trabalhistas, sob pena de diminuição e perecimento da empresa.

A retórica é igualmente eficaz porque possibilita criticar e discriminar todos aqueles que vão de encontro ao modelo imposto, e, o que é pior, colocar paradoxalmente à conta destes a culpa pelas falhas intrínsecas do sistema.

É neste sentido, pois, que, nas palavras do Juiz do Trabalho MÁRCIO TÚLIO VIANA, “no discurso da moda, o Estado é sempre paternalista, o sindicato faz baderna, funcionário público não trabalha, todo juiz é marajá, ensino deve ser pago, nada como a livre negociação, o melhor é privatizar, o direito deve ser flexível” (1999: 890).

Até mesmo aos trabalhadores é legada certa parcela de culpa, eis que falam em sua falta de competitividade para enfrentar novas situações, novos postos de trabalho, novas adversidades, para os quais, é bom que se diga, nunca foram treinados.

É de se notar ainda, infelizmente, que todos nós nos rebaixamos a esta linguagem triunfante, por dois motivos principais: a um, porque é imposta de baixo para cima, dos poderosos para os oprimidos, dos países desenvolvidos para os periféricos, sempre com o auxílio dos meios de comunicação de massa, inevitavelmente associados às elites dominantes, e a dois, porque nossa educação não é pautada para descobrirmos a essência das coisas, mas apenas para ficarmos na superficialidade das mesmas, isto é, não é voltada para o desenvolvimento de uma consciência crítica.

AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

A flexibilização dos direitos trabalhistas, com suas nefastas características e consequências, enquanto fenômeno mundial, global, que aqui aportou de forma imposta pelos grandes concentrações capitalistas internacionais, afronta a própria Constituição da República Federativa do Brasil.

Primeiramente, no que concerne à ordem econômica, esta se funda em dois princípios que, *a priori*, são antagônicos: a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa.

Não é verdadeira, porém, esta assertiva. A livre iniciativa, imbuída em meio à ordem capitalista em que vivemos, quer significar o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Isto não quer significar, no entanto, que, ante a livre iniciativa, tenha-se que desprezar e oprimir os trabalhadores e o valor de seu trabalho. Ao revés, são princípios

que devem se complementar, no sentido de, numa ordem capitalista, promover-se o trabalho, e conseqüentemente, o bem-estar e a justiça social.

Mas, para tanto, estes dois princípios devem estar sopesados igualmente, devem ser equânimes, o que implica haver necessariamente igualdade real entre os atores econômicos.

Assim, por vezes, faz-se muito mais necessário à valorização do trabalho em detrimento da livre iniciativa, mas, infelizmente, é justamente o inverso do que ocorre com a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Assim pronunciou-se a respeito Vossa Santidade, o Papa João Paulo II, in *laborem exercens*: “A hierarquia de valores, o sentido profundo do próprio trabalho exigem que o capital esteja em função do trabalho e não o trabalho em função do capital” (IVES GANDRA, 1999: 590).

Ora, a valorização do capital em detrimento do trabalho contraria o senso mais elevado de justiça, qual seja o tratamento igualitário de todos, o que envolve, conforme senso universal, tratar os desiguais de forma desigual, para só assim promover sua igualdade.

Neste sentido é que o movimento flexibilizatório dos direitos trabalhistas excomunga o princípio constitucional da isonomia, posto que, não só está tratando desiguais com igualdade, como, muito pior, ainda está favorecendo os mais fortes.

O princípio isonômico, vale dizer, não está inserto na Constituição; muito mais do que isso, o princípio da isonomia é a própria essência da Constituição.

Há de se colocar ainda que os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, além de princípios fundantes da ordem econômica, constituem-se ainda em fundamentos da própria República Federativa do Brasil.

Ora, é somente através da igualdade destes – ou mesmo desigualdade, quando preciso, para igualá-los – contribui para a elevação substancial de outro fundamento, este sim erigido à condição única, acima de todas as outras, de móvel fundamental de todos os povos, em todos os lugares, em todos os tempos, qual seja a dignidade da pessoa humana.

No labor doutrinário do mestre constitucionalista José Afonso da Silva, “dignidade da pessoa humana é um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito à vida” (1999: 106).

E continua, de forma belíssima, o que nos faz indiretamente refletir sobre o caráter nefasto da flexibilização dos direitos trabalhistas: “Daí decorre que a ordem econômica há de ter por fim assegurar a todos existência digna (art. 170), a ordem social visará a realização da justiça social (art. 193), a educação, o desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania (art. 205) etc, não como meros enunciados formais, mas como indicadores do conteúdo normativo eficaz da dignidade da pessoa humana” (1999: 107).

IV – POSSÍVEIS CONTRARESPOSTAS À FLEXIBILIZAÇÃO

Neste tópico, apresentam-se algumas considerações que tragam alento aos trabalhadores neste mar de dificuldades porque passam atualmente, em face do fenômeno da flexibilização dos direitos trabalhistas, inserto, como visto, sob a ótica neoliberal de acumulação de riquezas.

O fenômeno flexibilizatório, em verdade, não interessa aos trabalhadores, posto que, como um todo, atinge-lhe os traços mais fundamentais de sua dignidade enquanto pessoa humana, e afronta os fundamentos de mais belíssima concepção que configuram o Estado Democrático de Direito brasileiro.

Por conseguinte, tudo se passa então necessariamente por uma revisão do papel atual que o Estado neoliberal pretende desempenhar nas relações sociais, e especificamente nas relações de trabalho.

Com efeito, cumpre ao Estado perseguir ideários protetivos do trabalhador, pois esta é a função do Direito do Trabalho, o que colide frontalmente com a política neoliberal.

Ora, nas fases iniciais do Estado Liberal, a exploração da classe proletária era operada pelo próprio empresariado. Atualmente, no entanto, quer parecer, infelizmente, que a espoliação efetua-se com o apoio irrestrito do Estado, sob a falsa justificativa de resposta à crise econômica e ao desemprego.

Neste tocante, referente a verdadeiro movimento de reintervenção estatal nas relações de trabalho, são apresentados aspectos relativos ao fortalecimento do sindicalismo e da Justiça do Trabalho.

FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL

Os ideólogos do neoliberalismo almejam ardorosamente substituir a intervenção estatal nas relações trabalhistas pela negociação coletiva, perpassada entre os sindicatos e as empresas.

Esta paradoxal assertiva, eis que a negociação coletiva sempre foi umas das principais bandeiras do sindicalismo, traz, entretanto, oculta mais uma importante via pela qual são flexibilizados os direitos trabalhistas.

Com efeito, mesmo nos momentos de pujança econômica, sempre se observou nítida preponderância do capital sobre o trabalho. Este só se consegue sobrepor àquele por meio de muita luta, muito sangue, e mesmo vidas, tendo entre seus mais legítimos instrumentos de barganha a greve.

O que dizer, então, quando a negociação coletiva há de se passar nos momentos de crise econômica? O que dizer, então, quando a negociação coletiva há de se passar em meio a desemprego e corte definitivo de postos de trabalho, em meio a subemprego e precarização, em meio a estas novas formas atípicas do trabalho?

De fato, a discussão sindical passa não mais a girar em torno dos direitos trabalhistas, mas sim do direito ao trabalho, e isto, sem dúvida, enfraquece os sindicatos.

O que se nota, pois, é a desintegração da classe operária, a sua desvinculação com o movimento sindical, até porque é impossível *juntar num mesmo barco* trabalhadores empregados, subempregados, cooperados, terceirizados, informais, e mesmo desempregados.

Aliás, esta diversidade ocasiona outro caráter do fenômeno no qual está inserto a flexibilização: a extrema competitividade pelos postos de trabalho, uma vez que cada qual deve tentar conservar ao máximo seu emprego sob pena de um dos milhões de subempregados e desempregados virem a ocupá-lo.

Ora, não requer grande esforço concluir que, nestas situações, o movimento sindical tende a se enfraquecer, a se retrair, porque nestes momentos o sindicato está lutando, na realidade, não por direitos trabalhistas, mas sim por sua própria sobrevivência.

Não é por outro motivo, pois, que os empresários almejam agora a negociação coletiva, eis que esta dar-se-á com sindicatos débeis, pouco representativos – que somente representam os trabalhadores empregados, desconsiderando os subempregados, terceirizados e mesmo desempregados – e desprovidos de força suficiente para proteger os direitos de trabalhadores da categoria.

Sob este entendimento, impõe-se repensar o modelo sindical adotado no Brasil, até mesmo com a revisão de seus princípios e dogmas apriorísticos.

E, nesta perspectiva, deve ter o Estado papel de destaque, no sentido de, em hipótese alguma abrاندando a sua interveniência nas relações trabalhistas, ainda por cima, outorgar aos sindicatos medidas legais de suporte que lhes permitam barganhar de forma igualitária com as empresas na defesa dos interesses de seus trabalhadores.

FORTALECIMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Dentro da perspectiva de Reforma do Estado, com a diminuição de sua atuação social, almeja-se a revisão do Poder Judiciário. No que respeita especificamente à Justiça do Trabalho, além deste aspecto, a sua reforma ainda pode ser entendida como uma manifestação do fenômeno flexibilizatório, desde que, ressalve-se, esta revisão não venha a ocorrer a favor dos trabalhadores e não implique em agilidade e efetividade da prestação jurisdicional.

Neste tocante, fala-se em extinção do poder normativo, extinção da representação paritária, efeito vinculante dos enunciados do TST, soluções extrajudiciais (conciliação, mediação e arbitragem), dentre outras opções.

De outra ponta, pretende-se ampla reforma do processo do trabalho.

Nesta sanha reformista, porém, vislumbra-se tentativa verdadeiramente acintosa e ultrajante ao próprio povo brasileiro: a extinção da Justiça do Trabalho, o que importaria na competência da Justiça Federal para julgar e processar as reclamações trabalhistas e dissídios coletivos.

Fundamentam-se os autores desta proposta no binômio custo/utilidade, afirmando a desnecessidade da especialização da Justiça Obreira. Ora, é paradoxal esta

tentativa, eis que as novas formas de produzir e trabalhar atuais passam necessariamente por intensa especialização, como pode se notar a partir da terceirização, da subcontratação etc.

Em verdade, a Justiça do Trabalho no Brasil tem sua história marcada pela proteção forte e eficaz ao trabalhador. Mais do que isso, sempre que acionada, teve participação decisiva nos momentos mais importantes deste país. E esta feição, evidentemente, não pode corresponder aos anseios das grandes concentrações econômicas nacionais e internacionais.

Se a Justiça do Trabalho possui desvios, estes existem em razão de seu porte imenso, como qualquer outra grande instituição. E estes têm de ser corrigidos ou extirpados, nunca toda a Justiça.

A verdadeira reforma da Justiça do Trabalho passa ao largo de sua extinção, estando, na verdade, em outorgar aos jurisdicionados prestação jurisdicional tão eficaz quanto possível, célere, econômica, simples e justa.

Pois desta forma, o processo tornar-se-á uma sanção em si mesmo, dada a rapidez na outorga da tutela, o que evitará, tanto mais, desrespeitos às normas trabalhistas. E restará, então, uma Justiça do Trabalho, às vésperas do novo milênio, fortalecida e atuante, possibilitando-lhe o cumprimento perfeito de sua belíssima função institucional.

V – CONCLUSÃO: A TUTELA DO DIREITO DO TRABALHO E A DIGNIDADE DO TRABALHADOR

O direito do trabalho é ramo do direito relativamente novo. Seu embrião não possui mais de duzentos anos e seu efetivo surgimento positivou-se tão somente no início deste século.

E é pacífico afirmar que o mesmo tem seu nascimento ligado à incessante luta entre empregadores e empregados, em virtude das desumanas condições de trabalho até então existentes.

Seu advento, pois, foi no sentido de, promovendo uma desigualdade jurídica para compensar a desigualdade econômica, assegurar direitos irrenunciáveis, inderrogáveis, imposteráveis, enfim condições mínimas de dignidade aos trabalhadores.

Na concepção de AMÉRICO PLÁ RODRIGUEZ, “o Direito do Trabalho responde fundamentalmente ao propósito de nivelar desigualdades”, tendo, portanto, mais do que em nenhum outro ramo do direito, caráter nitidamente tutelar.

O Direito do Trabalho, assim, bem antes de pretender regular as relações trabalhistas, deve muito mais tutela e proteção aos hipossuficientes, indubitavelmente os trabalhadores e nunca a empresa empregadora.

Esta função protetora, aliás, foi antevista, desde 1891, pela Igreja Católica do Papa Leão XIII, através da encíclica *Rerum Novarum*:

“Os direitos devem ser religiosamente respeitados e o Estado deve assegurá-los a todos os cidadãos, prevenindo ou vingando a sua violação. Todavia na proteção

dos direitos particulares, deve preocupar-se, de maneira especial, dos fracos e dos indigentes. A classe rica faz das suas riquezas uma espécie de baluarte e tem menos necessidade da tutela pública. A classe indigente, ao contrário, sem riquezas que a ponham a coberto das injustiças, conta principalmente com a proteção do Estado. Que o Estado se faça, pois, sob um particularíssimo título, a providência dos trabalhadores, que em geral pertencem à classe pobre”.

Ora, é inconteste que a tutela protetiva do Direito do Trabalho adquire contornos muito mais magníficos, mesmo transcendentais, ao notarmos que ela toca ao que de mais íntimo existe no Homem, no que respeita ao seu desejo em obter, por meios próprios e por seus próprios desígnios, o que ele entende por felicidade e liberdade.

O Direito do Trabalho, pois, relaciona-se diretamente à dignidade do homem e do homem enquanto trabalhador, e sua tutela, ao contrário do que pregam os ideólogos neoliberais, não deve se arrefecer quando passamos por épocas de crise, de desemprego e de subemprego, mas ao contrário adquirir contornos cada vez mais fortes.

Urge, pois, que, no momento atual: a) os administradores deste país não se cabisbaixem à ideologia dominante, pautada na assertiva de que a flexibilização dos direitos trabalhistas constitui-se a máxima modernizante absoluta e incontestável; b) os legisladores não elaborem leis tendentes a abolir ou suprimir direitos trabalhistas, frutos de tão árduas batalhas nos tempos passados; c) os administradores e legisladores, enfim, não tentem desvirtuar ou mesmo exterminar o papel institucional da Justiça do Trabalho, pois esta é vital para a consecução e proteção dos direitos dos trabalhadores.

É que somente assim, à vista de todo o exposto nesta síntese conclusiva, talvez seja possível notar que a dignidade da nação brasileira não é produto dos capitais aqui empregados, eis que estes devem ser encarados como meros instrumentos para a consecução da liberdade e felicidade, mas sim deriva diretamente do trabalho empreendido, com suor e sangue, por todo o povo brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

Alvim, Joaquim Leonel de Rezende. Direitos e integração econômica: será a livre circulação do fator trabalho o embrião de uma cidadania comum?. Revista da faculdade de direito da UFF nº 1/98, pág. 33.

Barros, Cássio Mesquita. Modificações na competência da justiça do trabalho. Revista LTr 62-08/1024, 1998.

Bernardes, Hugo Gueiros. Conflitos do trabalho: rumos e razões da mudança. Revista LTr 63-04/466, 1999.

Buen, Néstor de. O estado do mal-estar. Revista LTr 62-05/612, 1998.

Cordeiro, Wolney de Macedo. A composição dos conflitos coletivos de trabalho – Alternativas. Revista LTr 62-06/754, 1998.

Costa, Orlando Teixeira da. O trabalho e a dignidade do trabalhador. ST nº 75, Set/95, pág. 7.

_____. Novos rumos do sindicalismo no Brasil. Revista LTr 61-01/34, 1997.

Filho, Evaristo de Moraes. Breves palavras sobre o direito do trabalho. Revista LTr 61-01/7, 1997.

Filho, Ives Gandra da Silva Martins. Os direitos fundamentais e os direitos sociais na constituição de 1988 e sua defesa. Revista LTr 63-05/588, 1999.

Filho, Manoel Antônio Teixeira. Contrato temporário de trabalho – Comentários à lei nº 9.601/98. Revista LTr 62-02/151, 1998.

Filho, Roberto Fragale. A lei nº 9.601/98: o triunfo do discurso “modernizante” das relações de trabalho. Revista da faculdade de direito da UFF nº 1/98, pág. 73.

Magano, Octavio Bueno. A flexibilização do direito do trabalho. ST nº 116, Fev/99, pág. 5.

Mallet, Estevão. Conflito de leis trabalhistas no espaço e globalização. Revista LTr 62-03/330, 1998.

Martins, Nei Frederico Cano. Os atuais instrumentos da flexibilização do direito do trabalho. Revista LTr 63-09/1177, 1999.

Martins, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Editora Atlas, 8º ed., 1999.

Nascimento, Amauri Mascaro. Questões atuais de direito do trabalho. Revista LTr 61-01/15, 1997.

_____. A reforma da legislação trabalhista. Revista LTr 62-11/1449, 1998.

Palmeira Sobrinho, Zéu. O contrato coletivo de trabalho. Revista LTr 62-05/619, 1998.

_____. Flexibilização: um enfoque crítico. Revista do TRT da 21ª Região, 1998.

Passos, Fernando. O impacto da globalização da economia nas relações individuais e coletivas de trabalho. Revista LTr 62-03/339, 1998.

Pinto, José Augusto Rodrigues. O direito do trabalho no limiar do século XXI. Revista LTr 60-08/1029, 1996.

Romita, Arion Sayão. Contrato de trabalho por tempo determinado e trabalho temporário: Espanha, Itália, Brasil. Revista LTr 62-04/449, 1998.

Saad, Eduardo Gabriel. Constituição e direito do trabalho. São Paulo: Editora LTr, 1º ed., 1989.

Silva, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros Editores, 13º ed., 1997.

Silva, Leonardo. Globalização, capital e trabalho. ST nº 101, Nov/97, pág. 136.

Silva, Luiz de Pinho Pedreira. Os princípios do direito coletivo do trabalho. Revista LTr 63-02/151, 1999.

Silva, Reinaldo Pereira e. Os modelos de flexibilidade do direito do trabalho. Revista LTr 63-02/183, 1999.

Süssekind, Arnaldo Lopes. Instituições do Direito do Trabalho. São Paulo: 11º ed., LTr Editora, 1991.

_____. A globalização da economia e o direito do trabalho. Revista Ltr 61-01/40, 1997.

Viana, Márcio Túlio. A proteção social do trabalhador no mundo globalizado – o direito do trabalho no limiar do século XXI. Revista LTr 63-07/885, 1999.

Vitelli, Eliana Pedroso. O princípio da proteção em face da flexibilização dos direitos trabalhistas. Revista LTr 62-10/1349, 1998.

A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Maria do Carmo Leão (*)

INTRODUÇÃO

Os quadros públicos no Brasil, desde a sua colonização até 1988, eram formados por pessoas, geralmente, despreparadas para as respectivas funções. O interesse político-partidário, as amizades e o favoritismo determinavam o preenchimento desses quadros. Nenhum outro critério era observado; sequer havia um controle de atuação desses funcionários.

Os primeiros indícios de controle vieram com a Constituição de 1934, no seu art. 113, que estabelecia a legitimidade para que qualquer cidadão pleiteasse a anulação de atos lesivos ao patrimônio da União, Estados e Municípios. A Constituição de 1946 ampliou a previsão do diploma de 1934, quando instituiu, também, o controle das autarquias e das sociedades de economia mista. Previu, ainda, o seqüestro e o perdimento dos bens oriundos do enriquecimento ilícito, por abuso de cargo ou função pública, ou de emprego em entidade autárquica.